Participação dos movimentos políticos no cenário político eleitoral no Equador

LETÍCIA CRISTINA BIZARRO BARBOSA*

Resumo

O presente artigo resulta parcialmente da pesquisa de doutorado em Sociologia Política que pretende entender a "Revolución Ciudadana" e as transformações necessárias para a construção de uma economia social e solidária no Equador. Aqui apresenta-se uma análise sociológica acerca do cenário político eleitoral do Equador e as mudanças ocorridas com o advento da Constituição de 2008, a crise de representatividade partidária e a participação de movimentos sociais no cenário político como o caso do movimento indígena "Movimiento Unidad Plurinacional Pachakutik – Nuevo Pais (MUPP-NP)".

Palavras-chave: Equador; movimentos sociais; partido político.

Abstract

This article is partly the result of research in political sociology doctoral that aims to understand the "Revolución Ciudadana" and the necessary transformations for the construction of a social and solidarity economy in Ecuador. Here we present a sociological analysis about the electoral political landscape of Ecuador and changes with the advent of the new Constitution, the representativeness of party crisis and participation of social movements on the political scene as the case of the indigenous movement "Movimiento Unidad Plurinacional Pachakutik - Nuevo Pais (MUPP-NP)".

Key words: Ecuador; social movements; political party.

* **LETÍCIA CRISTINA BIZARRO BARBOSA** é Doutoranda em Sociologia Política no Centro de Filosofias e Ciências Humanas (CFH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

1. Introdução

De acordo com Paz y Miño (2008), Equador vem transitando de um ciclo caracterizado pelo *modelo econômico neoliberal* e de *Estado de Partidos* para uma nova etapa na qual se impulsiona um *modelo econômico solidário e equitativo* com um *Estado de Democracia Social*.

Este *modelo econômico neoliberal*, também conhecido *modelo empresarial* inspirado na ideologia neoliberal, instalou-se em meados de 1980, como na maioria dos países da América Latina, com o propósito de efetivar "el pago de la deuda externa, la reforma 'estructural' a favor de la empresa privada y del mercado libre absoluto, el retiro del otrora activo papel del Estado en la economía (…)" (PAZ Y MIÑO, 2008, pág. 2). O próprio planejamento nacional para o Buen Vivir (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009) expõe que neste modelo econômico os interesses dos grupos econômicos organizavam as instituições públicas em função de extrair recursos destinado a população transferindo as elites privadas, estabelecendo o que se chamava de Estados predatórios.

Conforme Correa (2003), neste período, eram seguidas as orientações e condições indicadas pelos organismos financeiros internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e BM (Banco Mundial) referentes ao Consenso de Washington. Os interesses privados se sobrepuseram aos interesses da Nação, articulando-se os governos, as empresas privadas e o capital transnacional intimamente ligados a hegemonia mundial norte-americana.

Segundo Paz y Miño (2008), com este modelo, o país modernizou-se economicamente em termos capitalista: consumo em escala ampliada e a riqueza se concentrou em determinados sectores em proporções desiguais. Peña y Lillo (2012, pág. 68) explica que se trata de uma "modernización fragmentada, de bajo crecimiento económico, lo cual coadyuvó a prolongar la pobreza, acelerando las desigualdades (...)". O setor empresarial se aproveitou das políticas do governo que promoveram sector privado da economia e da privatização. Porém, o resultado foi a conformação de uma sociedade "sin equidad social ni solidaridad, con amplia depredación del medio ambiente y aprovechamiento incontrolado de los recursos naturales del país" (PAZ Y MIÑO, 2008, pág. 3).

Na década de 90, o movimento indígena executou o primeiro levante nacional que paralisou o país e, em 2005/2006, o mesmo movimento se posicionou para frear a subscrição do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos, de acordo com Paz y Miño (2008). Ainda seguindo o raciocínio de Paz y Miño (2008), no processo eleitoral de 2006 o povo e os movimentos sociais e indígenas elegeram como presidente a Rafael Correa, ex-Ministro da economia, quem questionava enfaticamente a marcha econômica em Equador, o *modelo neoliberal* e o papel do FMI nas decisões da Nação.

Rafael Correa criticou o salvamento aos bancos depois da crise em 1999, a dolarização em 2000, e recusou-se a assinar o Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos, conforme Paz y Miño (2008, pág. 6):

> declaró que no suscribirá el TLC con los Estados Unidos, que no abrirá el país indiscriminadamente al capital extranjero y que, observando la Constitución (2008), mantendría los recursos naturales como el petróleo en manos del Estado. Su programa postulaba una

> revolución en el ámbito social, la ética, la producción, la soberanía y la integración latino-americana.

Segundo Basabe-Serrano (2009), o que se pretendia era redemocratizar o Estado ao recuperar e fortalecer as capacidades de planejamento, regulação, controle e (re)distribuição. Estabelecer um Estado Plurinacional e Intercultural reconhecendo as nacionalidades e culturas equatorianas na construção de um Estado policêntrico, desconcentrado e descentralizado. E finalmente a participação social e cidadã em todos os níveis de governo conforme dita Planejamento Nacional para o Buen Vivir 2009-2013 (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009). Assim como ratifica o Planejamento: "Un Estado radicalmente democrático es necessariamente un Estado cercano a la ciudadanía, que se reconoce en su diversidad territorial y cultural." (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009, pág. 353)

Paz y Miño (2008; 2008b) explica que até 2006, o sistema político era conhecido por Partidocracia, através do qual as oligarquias econômicas de Equador administravam o país através do monopólio da representação política dos partidos. Por décadas, estas oligarquias manipulavam as políticas e os recursos do Estado e promovendo a diminuição do papel do Estado.

Tratava-se de um movimento que se retroalimentava continuamente onde o sistema partidário, conhecido como Partidocracia ou Estado de Partidos, configurava-se por um sistema que encontrava-se dominado por elites militares e econômicas, vinculadas à exportação de commodities (como banana e flores) que, salvo o petróleo, geravam poucos dividendos para o país (FIGUEIREDO, 2010, p. 11). Figueiredo completa esclarecendo que os lucros, concentrados nas mãos da mesma elite, sustentavam altos indicadores de desigualdade e pobreza. (FIGUEIREDO, 2010, p. 11)

Esta profunda crise político-econômica pela qual passava Equador, que resultou na dolarização da economia do país, Correa assume a presidência defendendo uma campanha de enfrentamento do que chamava de "disfunção da partidocracia tradicional". Por um lado a oposição do PRIAN (Partido Renovador Institucional Ação Nacional) e do PSC (Partido Nacional Cristão) que contava com o financiamento empresarial, de outro Aliança País (Pátria Altiva e Soberana), Partido Socialista e Frente Ampla que anunciava uma ruptura com este passado de um Estado de Partidos e poder mafioso (BOSCHI E GAITÁN, 2008, p. 313).

Com a posse de Rafael Correa em 2007, o presidente coloca em prática sua proposta de governo buscando mudar as relações de poder econômicos e políticos com as oligarquias locais e empresas transnacionais no Equador. Propõe políticas econômicas que canalizam os recursos para o desenvolvimento da capacidade produtiva do país no abandono de uma economia caracteristicamente extrativista. Entre as mudanças institucionais está a promulgação de uma nova Constituição de 2008.

Com isso, inicia-se a elaboração e aprovação de leis para operacionalizar suas diretrizes, como por exemplo: a determinação do papel do Banco Central na política econômica e a regulação e controle no sistema financeiro através da promulgação da Lei de criação da Rede de Segurança Financeira e a Lei Orgânica de Regulação e Controle do Poder de

Mercado (Lei Antimonopólio). O Estado vem retomando as funções de organização econômica em benefício do setor produtivo e busca regular o sistema financeiro para que este trabalhe em função do primeiro.

Correa propõe estas medidas que buscam diminuir o poder dos grupos econômicos e garantir o investimento no desenvolvimento do setor produtivo do país, todas respaldadas pela opinião popular através de Consulta Popular e/ou outros instrumentos de Controle Social instituída pela Lei Orgânica do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social, um dos principais atos de retomada da Democracia e da soberania no país.

2. Buen Vivir como proposta de base democrática

Primeiramente, precisa-se entender o que significa a concepção "Buen Vivir" que trata-se de uma concepção que origina-se ou inspira-se no Sumak Kawsay [1] de desenvolvimento socioeconômico e cultural inerente dos Povos Originários da América do Sul, mas precisamente dos países de cultura mais predominante indígena como Bolívia e Equador. Estes países têm buscado repensar seus modelos de desenvolvimento desde a produção, comercialização até o consumo de forma sustentável e respeitando os principais geradores de riqueza que são o ser humano e a natureza. Pensar o econômico muito além da satisfação imediata das necessidades ilimitadas com os recursos escassos e justamente levar em consideração as gerações futuras e as necessidades legitimas para construir uma economia social, justa e sustentável.

[1] Sumak Kawsay significa Buen Vivir em Quichua, idioma indígena.

O "Buen Vivir" é un conceito em construção e não há um consenso sobre seu significado. Novas concepções econômicas e sociais incorporam outros valores mais além dos velhos dogmas economicistas e de reducionismos calculistas e racionais. O motivo é simples: a necessidade de mudanças de lógicas de gestão do econômico diante do colapso ambiental e social que os atuais modelos de desenvolvimento vêm apresentando.

Equador tem experimentado esta proposta de construção de uma outra sociedade. Estes processos de mudanças possuem um ideário comum de justiça social, equidade e desenvolvimento tendo o ser humano e a natureza como atores e objetivos central desta nova sociedade (SOLIZ, 2010).

De acordo com Soliz (2010), a concepção de Bem Viver, então, significa viver em plenitude de maneira a integrar todas estas dimensões da sociedade. Trata-se de construir um projeto emancipatório pós-capitalista muito além de uma proposta reformatória.

De acordo com o Planejamento Nacional para o Buen Vivir (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009), estabelece-se uma série de medidas para uma mudança gradual e sustentável de um modelo de desenvolvimento extrativista para uma matriz econômica produtiva com fortes investimentos em infraestrutura, social e na indústria financiado com os recursos das atividades extrativistas e petróleo.

O novo momento político no Equador, resgata o poder de mobilização e identidade partidária e também abre espaço para estreitar as relações sociais entre o cidadão e as decisões políticas de interesse público.

Para o desenvolvimento desta concepção de "Buen Vivir", além de atender ao principio de uma convivência solidária, fraterna e cooperativa, é preciso atender ao principio de uma democracia representativa, participativa e deliberativa (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009). Este principio resgata a governança participativa como um dos fundamentos democrático do desenvolvimento do "Buen Vivir" como concepção de vida no Equador. O Estado gerido através de redes públicas onde a democracia participativa se faz realidade com a sociedade civil organizada.

> "La innovación institucional participativa democratiza la gestión pública y la vuelve más eficiente en la medida en que se cimienta en las demandas y en la información producida colectivamente en el diálogo publico entre sociedad y Estado (…) participación activa el interés y el protagonismo de los sectores más desfavorecidos tiene, además, efectivas consecuencias en una (re)distribución más justa de la riqueza social" (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009, pág. 41).

As estratégias propostas pelo governo para o período de 2009 a 2013 contava com um planejamento participativo e decentralizado para articular as diversas dimensões territoriais da política, enquanto se delibera democraticamente sobre as definições sobre os grandes objetivos nacionais entre a sociedade e o Estado. As articulações acontecem com participação aberta dos cidadãos e organizações sociais e levam a tomada de decisão coletiva sobre os interesses estratégicos da nação (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2009, pág. 133).

O Objetivo 10 do Plano Nacional do "Buen Vivir" (2009-2013) é o de garantir o acesso a participação pública e política tornando o cidadão um protagonista da vida democrática e da gestão e controle dos temas públicos. Seja esta participação de modo individual ou por meio associativo e comunitário.

Dentre as políticas traçadas para se alcançar este objetivo, constata-se que a promoção dos movimentos sociais, associações e outras formas de participação comunitária são importantes para o acesso a organização coletiva e autônoma da sociedade civil. Não menos importante está a geração e inovação de formas de controle social e prestação de contas do governo. Como explica Figueiredo (2010, p. 3), "(…) o caso equatoriano evidencia não uma ruptura propriamente dita com a institucionalidade representativa liberal, mas um esforço criativo de aprimoramento desse sistema, voltado para os anseios participativos de uma sociedade que se viu historicamente alijada da vida política".

3. Os partidos políticos e suas funções

Os partidos políticos desempenham um papel importante do sistema democrático e assume uma variedade de funções: "funções desempenhadas de articulação e de agregação de interesses, de legitimação, de socialização, de representação e participação, e de formação de uma elite dirigente, com maior ou menor intensidade, continuam sendo vitais para o sistema politico". (ALCÁNTARA SÁEZ E FREIDENBERG, 2002, p.138)

Mair (2003) descreve cinco funções que os partidos políticos exercem. A primeira é a representativa, pela qual integra e mobiliza os cidadãos. A segunda função diz respeito a articulação e agregação dos interesses sociais e políticos da sociedade civil.

Esta função também vem sendo exercida por "outras associações e movimentos não partidários, bem como com os meios de comunicação" (MAIR, 2003, p. 283). A terceira função dos partidos políticos é a de formulação de políticas públicas. Trata-se de uma combinação de papéis representativos e processuais dos partidos políticos que dividem este cenário com os *think tanks* [2] (BELLETTINI Y CARRIÓN, 2009). As quarta e quinta funções estão interligadas e referem-se ao recrutamento de líderes políticos e de funcionários para os cargos públicos e a função procedimental de organização do parlamento e do governo, respectivamente (MAIR, 2003).

4. Democracia: crise de representatividade

Equador, assim como a América Latina, passa por uma crise da democracia representativa em que os partidos políticos perdem seu caráter de intermediação para se tornar parte da máquina administrativa de governo. Somado a isso, percebe-se uma perda de importância que a sociedade civil entende que os partidos teriam por não conseguirem cumprir com as atividades a eles atribuídas pela própria sociedade civil (BAQUERO, 2000).

A representação política aplicada através dos instrumentos de eleições de representantes seria considerado para muitos autores como um "regime mais capaz de engendrar estabilidade democrática por proporcionar um balanceamento entre a pressão de democratização política e social e o papel das elites políticas profissionais" (FIGUEIREDO, 2010, p. 11). O que não aconteceu em Equador nos últimos dez anos que antecedem o governo de Correa, por exemplo, por ser tratado de um período de muita instabilidade política.

A crise nos partidos políticos na América Latina caracteriza-se por fatores levantados por alguns pesquisadores como Alcántara Sáez e Freidenberg (2002) e Mair (2003), por exemplo. A verticalização no processo de tomada de decisão partidária e a diminuição da representação política dos interesses dos cidadãos resultou em desprezo por parte destes pela "importância dos partidos como instrumentos do sistema político, pondo em dúvida a capacidade mobilizadora e de representação dessas agremiações". (ALCÁNTARA SÁEZ E FREIDENBERG, 2002, p.139)

Mair explica que "os partidos dão-se conta da sua crescente incapacidade para funcionarem como agentes de representação." Ainda segundo o autor, "a época do partido de massas acabou e, tanto quanto podemos prever, dificilmente poderá ser recuperada." (MAIR, 2003, p. 278)

Apesar o sentimento antipartidário das elites (ALCÁNTARA SÁEZ E FREIDENBERG, 2002), os eleitores criticam os partidos políticos promovendo outras formas de representação alternativa, mas não chegam a substituir os partidos políticos como atores principais no cenário democrático.

Adentrando no panorama político equatoriano, a transição do sistema

[2] São organizações independentes, privadas e sem fins lucrativos orientadas politicamente. Entre estas organizações estão os *think tanks* criados por políticos ou partidos. Possuem funções compartilhadas com os partidos políticos como o desenho de agenda de políticas, intermediação política e social entre cidadãos e políticas públicas, promoção de acordos sobre políticas públicas. (Bellettini y Carrión, 2009)

ditatorial para uma democrática em 1978-1980, o país de localizava em um cenário político de tradições partidárias sólidas. Por um lado, devido a existência de máquinas partidárias de mobilização de importantes setores da população, por outro lado, a capacidade destas máquinas (ALCÁNTARA SÁEZ E FREIDENBERG, 2002).

Equador, durante este período de transição, reproduziu o sistema de partidos anterior ao rompimento da democracia. Neste quadro partidário, por exemplo temos que "o PSC (Partido Nacional Cristão) foi criado em 1951 como MSC, e como PSC em 1967; a DC (que é o tronco fundador e fundamental da DP) em 1964; a ID (Esquerda Democrática) em 1967 e somente o PRE (Partido Roldosista Equatoriano) em 1983, depois do desaparecimento de dois líderes que deixaram um vazio de poder na tendência populista" (ALCÁNTARA SÁEZ E FREIDENBERG, 2002, p.141).

Alcántara Sáez e Freidenberg (2002), identificam uma relativa continuidade da composição dos sistemas de partidos, o que é algo que não condiz com a realidade de uma ruptura de ordem. O que demonstra que não foi bem uma ruptura, mas uma reorganização do poder orquestrado pelas elites e Forças Armadas.

Em 1976, antes do fim da ditadura militar, as elites políticas equatorianas entendiam que a melhor saída para os problemas do país estava em uma transição democrática centrada dos partidos políticos. O objetivo foi desenhar e implementar um sistema de partidos forte com organizações nacionais e modernas de modo a suprir partidos políticos que tradicionalmente se caracterizava como instáveis e desorganizados (ALCÁNTARA SÁEZ E FREIDENBERG, 2001).

Este modelo estava fundado em 3 eixos: um modelo empresarial de desenvolvimento inspirado no neoliberalismo; uma classe política institucionalizada em um Estado de Partidos; e uma desinstitucionalização do Estado Nacional (PAZ Y MIÑO, 2008). Este modelo foi fortemente combatido pelo Movimento Indígena Equatoriano (MIE), por exemplo, ao longo do tempo e desestruturado com a entrada do governo de Rafael Correa.

Em Equador as linhas demarcatórias da ação política (clivagem) no sistema de partidos políticos condicionam as posições dos atores políticos. São considerados os principais: o regional e o étnico-cultural. A clivagem regional é importante pela tendência de recrutamento de partidos por região provincial ou em número limitados de províncias contrariando a ideia inicial de nacionalização partidária. Já a clivagem étnico-cultural teve forte presença desde o início da década de 90 quando surge o Movimento Indígena na esfera política com Pachakutik em disputa eleitoral em 1996. "El desempeño relativamente exitoso de este partido, así como el surgimiento de otras agrupaciones de origen indígena, portadoras también de reivindicaciones étnico-culturales, fueron factores determinantes para que este tipo de temas entraran a formar parte de la agenda política." (PACHANO, 2007, p. 185)

Surge um movimento significativo por inovações institucionais de participação democrática que superam a democracia representativa como única forma de participação democrática. Os cidadãos passam a canalizar suas reivindicações às autoridades competentes vem se modificando expressivamente. "O

declínio dos partidos é explicado pelo surgimento de movimentos sociais que não acreditam nos canais mediadores tradicionais para transmitir suas reivindicações." (BAQUERO, 2000)

Torna-se portanto um trabalho de democratização da representação política envolvendo maior participação popular. Como explica Urbinati, ao dizer que "uma teoria da democracia representativa envolve uma revisão da concepção moderna de soberania popular que conteste o monopólio da vontade na definição e na prática da liberdade política. Ela marca o fim da política do sim ou não e o início da política como uma arena de opiniões contestáveis e decisões sujeitas à revisão a qualquer tempo." (URBINATI, 2006, 193)

Com uma democracia mais participativa, os cidadãos ganharam outros espaços de participação política que passam a compor um sistema complexo que vai além do voto. Santos (1999) explica sobre uma nova teoria da democracia:

> "A renovação da teoria democrática assenta, antes de mais, na formulação de critérios democráticos de participação política que não confinem esta ao ato de votar. Implica, pois, uma articulação entre democracia representativa e democracia participativa. Para que tal articulação seja possível é, contido, necessário que o campo político seja radicalmente redefinido e ampliado."

Esta renovação significa uma repolitização global da prática social e o campo político, criando novas oportunidades para a prática de novas formas de democracia e de cidadania. (SANTOS, 1999)

5. Os movimentos sociais e a política

Na década de 90, movimentos sociais começam a mobilizar-se na esfera política em reação a falta de representação políticas dos partidos políticos. Os partidos políticos estavam desacreditados por terem se transformado em máquinas de gerar votos e não se constituírem mais como espaços de participação política e de reivindicações realizadas. (BURBANO, NARANJO, JARRÍN, FOURNIER, 2011)

Estes movimentos surgem como consequência da incapacidade dos partidos políticos de dialogarem com a sociedade, além do "manejo caudillista" e elilista (BURBANO, NARANJO, JARRÍN, FOURNIER, 2011). Surge como o primeiro levante indígena de 1990 e passa a ganhar força com três revoltas cujo o resultado foi a derrubada de presidentes (1997, 2000, 2005). Neste cenário, "los partidos políticos que dominaron la escena democrática desde el retorno en 1979– y actores emergentes –nuevas organizaciones y movimentos políticos y sociales– se colocó como uno de los diferendos constitutivos de la democracia ecuatoriana. (RAMÍREZ GALLEGO, 2011).

Como efeito desta descrença nos partidos políticos, movimentos sociais e cidadãos passaram a reivindicar por maior participação nas eleições de forma mais independente em relação aos partidos tradicionais e constituíram suas próprias estruturas. Foi o caso do Movimentos Indígena Equatoriano (MIE) e CONAIE que que estruturou seu braço político, Pachakutik. Este movimento político passaria a articular politicamente toda uma população étnico-cultural. (BURBANO, NARANJO, JARRÍN, FOURNIER, 2011)

É importante lembrar que a tensão entre os partidos tradicionais e os novos atores sociais colocou em questionamento as próprias "regras do jogo democrático" no centro das discussões políticas. Foram realizadas em um período de uma década duas Assembleias Constituintes promovidas pelos movimentos sociais, forças de esquerdas e um conjunto do campo popular (RAMÍREZ GALLEGO, 2011).

Foi no inicio do Século XXI que o MIE, principalmente a Confederação de Nacionalidades Indígenas de Equador (CONAIE), passou a articular o conjunto de organizações populares e forças de esquerda no país para atuarem no sistema político ativamente (RAMÍREZ GALLEGO, 2011).

Em 1994, o Congresso Nacional reconheceu os movimentos políticos independentes a participar das eleições. A partir de então, os partidos políticos tradicionais começaram a perder o monopólio da representação política e inicia um processo de crise de representação (BURBANO, NARANJO, JARRÍN, FOURNIER, 2011). Mas foi em 1995 que nasce o Movimento de Unidade Plurianual Pachakutik Nuevo País (MUPP-NP) participa do primeiro processo eleitoral em 1996 e se apresenta como a terceira força com maior porcentagem de votos válidos do país (ALCÁNTARA SÁEZ E FREIDENBERG, 2001, p. 238). "Obtuvo ocho legisladores (8%) de un total de 82 escaños, de los cuales 4 eran indígenas y 4 mestizos. El Movimiento alcanzó, además, 6 alcaldías y numerosas concejalías. Su candidato presidencial quedó tercero con 17,34% de la votación". (Burbano, Naranjo, Jarrín, Fournier, 2011, p. 23)

6. Movimiento Unidad Plurinacional Pachakutik - Nuevo Pais (MUPP-NP)

Trata-se de um movimento político alternativo que envolve demandas de diversos setores da sociedade além dos indígenas: sindicatos progressistas (trabalhadores do setor petroleiro e elétrico), movimentos sociais (ecologistas, mulheres e jovens), religiosos (evangelistas), partidos de esquerda, intelectuais e empresários (classe média progressista serrana) (ALCÁNTARA SÁEZ E FREIDENBERG, 2001).

Sua agenda política é composta por temas que vem sendo discutidos no país de maneira a gerar políticas de Estado. Entre eles estão: a diversidade cultural e étnica, a plunacionalisdade, interculturalidade, novas formas de participação e representação política (SCHULTE y HILDEBRANDT, 2006).

Uma das principais características desta organização é de não girar em torno de um líder carismático. O movimento é composto por várias lideranças. No lugar desta figura carismática, tem-se agrupações de diversas organizações de base na Serra e na Amazonia ecuatoriana (ALCÁNTARA SÁEZ E FREIDENBERG, 2001).

Diferente dos demais grupos políticos e partidos tradicionais, Pachakutik foi construído sobre as bases de difusão territorial. Através da qual, "su estructuración nacional ha sido producto de la agregación de intereses de organizaciones sociales dispersas territorialmente, que tras la identificación de objetivos comunes, decidieron agruparse y formar un unico movimiento politico. (ALCÁNTARA SÁEZ E FREIDENBERG, 2001, p. 241).

Assim, Pachakutik não é considerado um partido político tradicional, muito

menos uma organização de indígenas. Estar registrado como movimento político e ser considerado como tal, fortalece e permite que as elites dos movimentos possam continuar manifestando seu mal-estar frente a decadência dos partidos políticos como representação e as instituições e atores políticos (ALCÁNTARA SÁEZ E FREIDENBERG, 2001).

A vinculação com a CONAIE é estreita, mesmo que independente, e sua estrutura organizativa serve de apoio para o funcionamento do próprio movimento político, principalmente nas relações com as bases e líderes, através de mecanismos coletivos de tomada de decisões e de uma estrutura pouco burocratizada (SCHULTE y HILDEBRANDT, 2006).

Como mencionado antes, Pachakutik não representa somente interesses e as demandas dos indígenas, porém não tem conseguindo integrar uma proposta interclassista e de alcance nacional (SCHULTE y HILDEBRANDT, 2006). Por outro lado, obtiveram participação em diversos âmbitos (locais, regionais e nacionais) representatividade os governos (SCHULTE y HILDEBRANDT, 2006).

Pachakutik não tinha somente o objetivo de representar os povos indígenas e outros setores sociais, este caminho de representação política deveria resultar na execução de funções governativas, tanto de formulação de políticas públicas, como de recrutamentos de líderes políticos e de funcionários para os cargos públicos e função procedimental de organização do parlamento e do governo. Já que a proposta de criação do Movimento Pachakutik era de servir "como mecanismo electoral con el fin de luchar desde el interior del Estado neoliberal para lograr su propio espacio de poder." (SCHULTE y HILDEBRANDT, 2006, p. 230). Como explica Schulte e Hildebrandt (2006, p. 231),

> parecería que la participación de los cuadros indígenas en cargos de representación pública se convirtió en la prioridad coyuntural del movimento social, descuidando dos estrategias claves: la propuesta política de la construcción del estado plurinacional y la relación con las organizaciones de base. Este testimonio muestra el fracaso de participar políticamente a través de los mecanismos institucionales (principalmente el Congreso Nacional y gobiernos locales) y la necesidad de "volver a lo nuestro", que implica la recuperación de la relación con las bases del movimiento y la diferenciación de saber medir la efectividad de la fuerza política y de la fuerza social.

Entre os fatos importante em sua história, está a aliança eleitoral com o Coronel Lúcio Gutiérrez em 2002 que contradiz toda sua história de luta e de firmação da identidade indígena frente as políticas neoliberais implementadas nas décadas passadas. "Para considerar los resultados de las elecciones de 2004 es importante tener en cuenta el desgaste político que sufrió el movimiento Pachakutik debido a la alianza que hizo con el gobierno el coronel Lucio Gutiérrez durante los siete primeiros meses del 2003" (SERRANO, 2006, p. 229).

Para concluir

Equador tem seu sistema político eleitoral sendo mudando ao longo das últimas décadas em reação a decadência da instituição partidária. A Partidocracia foi sendo eliminada aos poucos com a pressão popular dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. A participação cidadã na democracia foi

sendo ampliado, criando-se novas instâncias participativas. Além disso, abriu-se a possibilidade de candidaturas individuais e de participação de movimentos políticos nas disputas pelo poder.

Neste contexto, o MUPP-NP surge para suprir uma deficiência dos partidos políticos quanto a representação das reivindicações sociais dos Movimentos indígenas principalmente. Mesmo não sendo um partido político, Pachakutik comporta-se como tal e possui a aspiração a gestão do poder público.

Ao contrário do que se constata na América Latina, Pachakutik não possui personificação da representação em uma liderança, mas sim em um conjunto de lideranças recrutadas através dos movimentos sociais.

Participação de Pachakutik, em um primeiro momento vem ao encontro do que se conhece como Revolução Cidadã em que as concepções de "Buen Vivir" marcam as diretrizes sociais e econômicas do país. Mesmo apresentando algumas contradições em determinadas alianças estratégicas e um certo afastamento do Governo Nacional de Rafael Correa, seus ideais se confluem no caminho a políticas de Estado de esquerda e atenção aos povos originários e a natureza.

Referências

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel e FREIDENBERG, Flavia. Los dueños del poder: Los partidos politicos en Ecuador (1978-2000). Quito: FLACSO, 2001.

ALCÁNTARA SÁEZ, Manuel e FREIDENBERG, Flavia. Partidos políticos na América Latina. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol.VIII, nº2, 2002, pp.137-157.

BAQUERO, Marcello. A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina. Porto Alegre: UFGRS, 2000.

BARBOSA, Letícia Cristina Bizarro; MORICZ, Mariana; GONZALEZ, Milena Pinheiros. Los procesos de las Asambleas Constituyentes desde la perspectiva de la economía social. Otra Economía, Buenos Aires, v. III, p. 147-195, 2009.

BASABE-SERRANO, Santiago. Ecuador: reforma constitucional, nuevos actores políticos y viejas prácticas partidistas. Rev. cienc. polít. (Santiago) [online]. 2009, vol.29, n.2, pp. 381-406. ISSN 0718-090X.

BELLETTINI, Orazio e CARRIÓN, Melania. Partidos Políticos y think tanks en el Ecuador. In: Thinking Politics: Think Tanks and Political Parties in Latin America (Spanish). International Institute for Democracy and Electoral Assistance 2009.

BOSCHI, Renato and GAITAN, Flavio. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. Cad. CRH [online]. 2008, vol.21, n.53, pp. 303-319. ISSN 0103-4979.

BURBANO, Rafael, NARANJO, Irina, JARRÍN, Soraya e FOURNIER, Guillaume. Participación en el poder politico. In: tendencias de la participación ciudadana en el Ecuador. SENPLADES / 2ª ed – Quito, 2011.

CARNEIRO, Rommel Madeiro de Macedo. Teoria da democracia participativa: análise à luz do princípio da soberania popular. Rev. Jur., Brasília, v. 9, n. 87, p.25-34, out./nov., 2007.

CORREA, Rafael, La política económica del gobierno de Lucio Gutiérrez. Una perspectiva desde la economía política. Quito: Íconos. Revista de Ciencias Sociales, Número 16, março de 2003, p. 6-10.

CONSTITUIÇÃO do Equador. Equador: Asamblea Constituyente, 2008.

FIGUEIREDO, Fernanda Pernasetti de Farias. Participação Cidadã e Controle Social do Estado – estratégias de aprofundamento democrático no Equador. Anais do Evento II Seminário Nacional Sociologia e Política. Curitiba: UFPR, 2010.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. Análise Social, vol. XXXVIII (167), 2003, 277-293.

PACHANO, Simón. Partidos y sistema de partidos en el Ecuador. In: La política por dentro - Cambios y continuidades en las organizaciones políticas de los países andinos. Perú: International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA), 2007.

PAZ y MIÑO, Juan J. y Pazmiño, Diego. El proceso constituyente desde Una perspectiva histórica. In. Análisis Nueva Constitución. Quito: ILDIS, 2008.

PAZ y MIÑO, Juan. El ciclo del processo constituyente en Ecuador. In ACOSTA, Alberto. Entre el quiebre y la realidad. Constitución 2008. Quito: Abya Yala, 2008b.

PEÑA y LILLO, Julio. Estado y movimientos sociales: historia de una dialéctica impostergable. Quito: Íconos. Revista de Ciencias Sociales, Número 44, setembro de 2012, p.67-83.

PRESIDENCIA DO ECUADOR. Disponível em: http://www.presidencia.gob.ec/. Acessado em: 17/10/2012.

RAMÍREZ GALLEGO, Franklin. Participación, desconfianza política y transformación estatal. *In* FLACSO. Informe cero, Ecuador 1950-2010. Quito: Estado del país, 2011.

RAMÍREZ GALLEGO, Franklin G. Fragmentación, reflujo y desconcierto. Movimientossociales y cambio político en el Ecuador (2000-2010). In: Rebon, Julián. Una década en movimiento: luchas populares en América Latina en el amanecer del siglo XXI / Julián Rebon y Massimo Modonesi. - 1a ed. - Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; Prometeo Libros, 2011.

REPÚBLICA DEL ECUADOR. Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013: Construyendo un Estado Plurinacional e Intercultural. Quito: SENPLADES, 2009. ISBN: 978-9978-92-794-6

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHULTE, Christiane y HILDEBRANDT, Cornelia (Orgs.). Partidos de la izquierda y movimentos sociales en América Latina. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

SERRANO, F.G. (2006), "De movimiento social a partido político; el caso del movimiento de unidad plurinacional Pachakutik", in Partidos de la Izquierda y Movimientos Sociales em América Latina, São Paulo, Editora Expressão Popular.

SOLÍS, Doris. Sociedad del Buen Vivir. In: SENPLADES. Los Nuevos Retos de América Latina: Socialismo y Sumak Kawsay. Quito: SENPLADES, 2010.

URBINATI, Nádia (2006), "O que Torna a Representação Democrática?" Lua Nova, nº 67, PP.191-228.

Recebido em 2014-07-13
Publicado em 2014-12-10